



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI N° 5709/2001

Ementa

INCLUI NO PLANO PLURIANUAL DO QUADRIÊNIO 1998/2001 E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2001 O PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL-PETI, E AUTORIZA CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO CORRELATO. [R\$ 24.000,00]

Data da Norma

12/12/2001

Data de Publicação

14/12/2001

Veículo de Publicação

Imprensa Oficial do Município

Matéria Legislativa

[Projeto de Lei n° 8267/2001](#) - Autoria: Prefeito Municipal

Status de Vigência

Em vigor

Observações

Descritores: Finanças - créditos adicionais - especiais;

Finanças - orçamentos - diretrizes;

Finanças - orçamentos - plurianual;

Promoção Social - criança e adolescente;

Trabalho.

Autor: MIGUEL MOUBADDA HADDAD (PREFEITO MUNICIPAL)

**LEI Nº 5.709, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2.001**

Inclui no Plano Plurianual do Quadriênio 1998/2001 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2001 o Programa Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, e autoriza crédito orçamentário correlato.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2.001, **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo do Plano Plurianual do quadriênio 1998/2001, instituído pela Lei nº 5.081, de 29 de dezembro de 1.997, passa a vigor com a seguinte previsão:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL**PROGRAMAS****OBJETIVOS**

(...)

(...)

Implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Retirada de crianças e adolescentes das ruas e de trabalhos perigosos, insalubres, penosos ou degradantes, nas zonas urbana e rural.

Art. 2º - O Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o orçamento público de 2001, instituída pela Lei nº 5.497, de 14 de julho de 2000, passa a vigor com a seguinte previsão:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

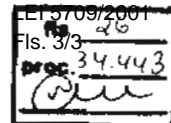
(...)

Implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI



(Lei nº 5.709/01)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



Art. 3º - Para cobertura das despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial até o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), na forma autorizada pelo art. 43, § 1º. Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.



MIGUEL HADDAD

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e um.



MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA

Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

scc.1